

RELATÓRIOS DE SUSTENTABILIDADE: ANÁLISE DE ADERÊNCIA NAS PUBLICAÇÕES REALIZADAS POR EMPRESAS LISTADAS NA B3¹

Fabíola Antunes de Oliveira²

Ana Tércia Lopes Rodrigues³

RESUMO

Este estudo tratou dos conceitos de responsabilidade social empresarial, mecanismos de governança corporativa e dos dois principais modelos de relatórios para divulgação de informações socioambientais. Essa pesquisa buscou responder a questão: qual o grau de aderência dos relatórios de sustentabilidade publicados pelas empresas que pertencem ao segmento de listagem Nível Dois de governança corporativa da B3, em relação aos indicadores de desempenho econômico, ambiental e social propostos nas diretrizes do Global Reporting Initiative? O objetivo deste estudo foi verificar se as empresas com órgão de governança corporativa publicaram os relatórios de sustentabilidade no ano de 2016 e identificar o grau de aderência apresentado. Para cálculo do grau de aderência foi adaptada metodologia de Dias, Siqueira e Rossi (2006), na qual para cada indicador requisitado foi atribuída uma classificação específica. A população do estudo era composta por todas as empresas listadas no segmento de listagem nível dois, esse segmento foi selecionado por ser um nível intermediário de exigências. A população inicialmente contava com 19 empresas, entretanto a amostra foi reduzida para sete empresas que divulgaram as informações que são necessárias para esta pesquisa. Como resultado do grau de aderência, dentre as sete empresas, apenas uma, pertencente ao setor de papel e celulose, apresentou grau maior que 50%, o restante oscilou de 11% a 49%. Tendo em vista o baixo grau de aderência, pode-se concluir que mesmo possuindo um órgão de governança estabelecido o princípio da transparência não é totalmente aplicado quando o assunto são informações de caráter social e ambiental.

Palavras-chave: Relatórios de sustentabilidade. Responsabilidade Social. *Global Reporting Initiative*.

¹ Trabalho de Conclusão de Curso apresentado, no segundo semestre de 2017, ao Departamento de Ciências Contábeis e Atuariais da Faculdade de Ciências Econômicas da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS), como requisito parcial para obtenção do título de Bacharel em Ciências Contábeis.

² Graduanda do curso de Ciências Contábeis da UFRGS. (fabiolaantunes0@gmail.com).

³ Orientadora. Mestre em Administração e Negócios pela PUCRS. Especialista em Administração e Planejamento para Docentes pela ULBRA. Professora do Departamento de Ciências Contábeis e Atuariais da UFRGS. (ana.tercia@ufrgs.br).

SUSTAINABILITY REPORTS: AN ADEQUACY ANALYSIS IN PUBLICATIONS CARRIED OUT BY COMPANIES LISTED ON B3

ABSTRACT

This study dealt with the concepts of corporate social responsibility, corporate governance mechanisms and the two main models of reports for the dissemination of social and environmental information. This research sought to answer the question: what is the degree of adherence of the sustainability reports published by companies belonging to the segment B3 listing corporate governance in relation to the indicators of economic, environmental and social performance proposed in the Global Reporting guidelines Initiative? The objective of this study was to verify if companies with a corporate governance body published the sustainability reports in the year 2016 and to identify the degree of adherence presented. In order to calculate the degree of adhesion, Dias, Siqueira and Rossi (2006) methodology was adapted, in which a specific classification was assigned for each required indicator. The study population consisted of all listed companies in the tier two listing segment, this segment was selected because it is an intermediate level of requirements. The population initially had 19 companies, however the sample was reduced to seven companies that released the information that is necessary for this research. As a result of the degree of adhesion, among the seven companies, only one, belonging to the pulp and paper sector, presented a degree greater than 50%, the rest ranged from 11% to 49%. In view of the low degree of adherence, it can be concluded that even with an established governance body, the principle of transparency is not fully applied when the subject is social and environmental information.

Keywords: Sustainability Reports. Social Responsibility. *Global Reporting Initiative*.

1 INTRODUÇÃO

As empresas prestam um papel na sociedade muito além do desenvolvimento econômico. Elas também promovem o desenvolvimento social onde atuam e neste sentido, devem buscar um alinhamento entre o objetivo econômico e o bem-estar da humanidade. Este desenvolvimento deve ter como base a consciência e engajamento empresarial, que busca a igualdade sem deixar de lado a preservação do meio ambiente e atenção aos direitos humanos, construindo uma sociedade desenvolvida economicamente e socialmente justa (REIS; MEDEIROS, 2009).

Em meio a uma realidade onde a escassez de recursos e mudanças climáticas é vista como culpa das grandes organizações, torna-se necessário o aumento da transparência na divulgação de informações desta natureza. A sociedade tem buscado alternativas que não prejudiquem tanto o meio em que vive e essa diversificação na escolha faz com que o tema de sustentabilidade faça parte da cadeia de valor da empresa, que passa a criar estratégias, práticas e procedimentos para a melhor gestão desta cadeia. As organizações precisam fortalecer o cumprimento destes procedimentos também pelos seus fornecedores, criando assim uma corrente para a melhor gestão da sustentabilidade (FEDATO, 2013).

Um dos meios que as organizações possuem para elevar seu grau de transparência, confiabilidade e por consequência auxiliar no controle das práticas sustentáveis, é se enquadrando em um dos segmentos especiais de listagem criados pela Bolsa de Valores Brasileira (B3). Estes segmentos foram criados com o objetivo de desenvolver o mercado de capitais brasileiro e podem ser adaptados à realidade de diferentes tipos de empresas. Cada uma pode aderir a determinado segmento voluntariamente, mas para isso, deve respeitar regras distintas e rígidas de governança corporativa, além das obrigações previstas na Lei das Sociedades por Ações 6.404/76 (B3, 2017a).

Entre os segmentos criados pela B3 os mais conhecidos são: Novo Mercado, Nível Dois e Nível Um, onde o “Novo Mercado” é considerado o com maior excelência e o nível mais elevado no padrão de governança corporativa a ser seguido. Já o “Nível Dois”, objeto de análise nesta pesquisa, é semelhante ao novo mercado, no entanto possui algumas especificidades e um grau menor de exigências. O “Nível Um” é um tipo de segmento mais simples, basicamente as empresas que fazem parte deste procuram oferecer maior transparência e acesso às informações relevantes para os acionistas (B3, 2017a).

Esta pesquisa busca responder o seguinte questionamento: qual o grau de aderência dos relatórios de sustentabilidade publicados pelas empresas que pertencem ao segmento de listagem Nível Dois de governança corporativa da B3, em relação aos indicadores de desempenho econômico, ambiental e social propostos nas diretrizes do *Global Reporting Initiative*? Sendo assim, o objetivo desta pesquisa é analisar se as empresas que possuem órgãos de governança formalizados estão apresentando os indicadores propostos para o relatório de responsabilidade.

Os relatórios de sustentabilidade são demonstrações que podem subsidiar a tomada de decisões dos agentes de interesse, dessa forma, a área de contabilidade deve ter o compromisso de identificar pontos fortes e fracos, ameaças e oportunidades, verificando se as informações estão alinhadas com a gestão da empresa e com intuito de fornecer informações de confiança. A auditoria, por outro lado, deve possuir metodologias que verifiquem a confiabilidade das informações prestadas, tornando-se outro meio de apoio ao processo decisório (CARVALHO et al., 2009).

Neste contexto a pesquisa é relevante no sentido em que pode ressaltar a importância da responsabilidade social na criação de valor da empresa e na presença de um profissional de contabilidade na elaboração dos indicadores a serem divulgados e auditados. O estudo está constituído, além desta introdução, que tem o propósito de apresentar o tema e evidenciar a questão problema que motiva esta pesquisa, em uma revisão teórica envolvendo

Contabilidade e a Responsabilidade Social, Governança Corporativa, Balanço Social e Relatório de Sustentabilidade, além de outros estudos relacionados. Na terceira seção, são descritos os procedimentos metodológicos utilizados e, na seção quatro, são apresentados e analisados os resultados obtidos. Por fim, na quinta seção, são relatadas as considerações finais a respeito da questão estudada e sugeridas problemáticas para futuros estudos.

2 REFERENCIAL TEÓRICO

Nesta seção estão descritas as percepções dos autores e conceitos importantes que serviram como base para elaboração deste estudo, tais como responsabilidade social, governança corporativa, balanço social e relatório de sustentabilidade.

2.1 A CONTABILIDADE E A RESPONSABILIDADE SOCIAL

Algumas definições para contabilidade são apresentadas no âmbito acadêmico: uns autores julgam ser uma técnica, outros apresentam a contabilidade como uma arte e uma parte deles consideram o ramo como uma ciência. Para Santos et al. (2004, p.26), a contabilidade é uma ciência social que visa estudar o patrimônio da entidade, além disso, tem como um dos seus objetivos fornecer subsídios para a tomada de decisões através dos registros dos fatos e análise dos dados. Figueiredo e Caggiano (2008, p. 22) afirmam que os contadores têm a função de transformar dados em informações, para eles um dado não contribui para as decisões, somente após ser transformado em informação pode ser capaz de influenciar os gestores.

A contabilidade é uma área que está sempre em constantes mudanças, entre os motivos estão os costumes que variam conforme a geração, as normas que atualizam ou novas tecnologias que são implementadas. Historicamente a contabilidade desempenhava o papel de fornecer informações financeiras simples, mas foi a partir do início do século XX que as informações contábeis tornaram-se mais complexas em virtude do crescimento de atividades industriais e comerciais, deste período em diante, novos usuários para a contabilidade foram surgindo. Estes usuários já apresentavam interesse em verificar informações além das econômicas que eram prestadas, a partir de então outros conhecimentos como de caráter social, passaram a ser divulgados com os demonstrativos contábeis. Este foi o primeiro passo para a contabilidade passar a fornecer informações fora do contexto econômico para os diversos usuários (TINOCO; KRAEMER, 2011).

Atualmente os usuários da contabilidade são todas as pessoas que podem ter interesse em verificar a situação financeira da empresa, como por exemplo, empregados, clientes, fornecedores, governo, banco entre outros, estes grupos de interesse também podem ser chamados de *Stakeholders* e podem influenciar diretamente nos processos da empresa (BEZERRA, 2014). A responsabilidade social corporativa é considerada uma forma de visão dos negócios, caracterizada por valores éticos e morais, que devem conduzir o relacionamento com os diversos públicos de interesse, inclusive com a comunidade em que a organização está inserida e promovendo desenvolvimento econômico e humano (ASHLEY, 2003).

Para Ribeiro (2010, p.45) “a contabilidade ambiental não é uma nova ciência, mas sim, uma segmentação da tradicional já, amplamente conhecida”, com este contexto, o objetivo da contabilidade ambiental não difere muito da contabilidade societária. A contabilidade deve sempre ter em vista a necessidade de evidenciar a situação patrimonial da entidade em questão, com isso a responsabilidade da área ambiental é “identificar, mensurar e esclarecer os eventos e transações econômico-financeiros que estejam relacionados com a proteção, preservação e recuperação ambiental” (RIBEIRO, 2010, p.45).

Enfatizando o papel da contabilidade ambiental no processo de prestação de contas e elaboração de relatórios, no ano de 2004, o Conselho Federal de Contabilidade (CFC) por meio da resolução de número 1.003/04 aprovou norma brasileira de contabilidade técnica (NBC T) de número 15. A norma trata das informações de natureza social e ambiental que a entidade deve divulgar, com o objetivo de demonstrar a colaboração da empresa com a sociedade e a responsabilidade social que ela possui, essa divulgação deve ocorrer através de demonstrativo específico que também deve passar por auditoria (CONSELHO FEDERAL DE CONTABILIDADE, 2004).

Para o Instituto Ethos (2007, p.5) a publicação dos relatórios de responsabilidade social tem dois papéis na organização, que são:

ser uma ferramenta de gestão, permitindo uma melhor mensuração do desempenho da gestão sob a perspectiva da responsabilidade social, e de ser uma ferramenta de diálogo com os *stakeholders*, que objetiva a construção e o refinamento contínuo do engajamento das partes relacionadas.

As informações que devem constar nestes relatórios são de natureza econômica, social e ambiental, tanto interna como externa. Estas informações servem para demonstrar os resultados alcançados e a contribuição que a organização está proporcionando ao desenvolvimento sustentável e econômico da sociedade como um todo, facilitando a criação de novas metas e objetivos (BARBIERI, 2007).

Segundo Carvalho et al. (2009, p.23) “é necessário desmistificar a visão sustentada pelo conceito *triple bottom line*, isto é, o econômico, o social e o ambiental precisam sempre caminhar juntos, sendo, para tanto, fundamental a participação do profissional da Contabilidade”. Ribeiro (2010) afirma que os sistemas econômicos e ambientais tendem a se difundir em certo momento, ainda que a organização escolha o desenvolvimento de um dos sistemas, eles são vitais para a evolução da humanidade e se complementam.

Para Bassetto (2010, p.641) o modelo *triple bottom line*, “indica que todo negócio é alicerçado pelos três pilares (o econômico, o ambiental e o social) que são inter-relacionados e devem ser integrados à estratégia de negócios”, ainda seguindo essa teoria do tríplice resultado “o progresso sustentável em longo prazo requer o equilíbrio desses parâmetros”.

A busca da responsabilidade social pelas empresas deixa implícito que estas empresas estão preocupadas com o futuro e procuram manter uma visão geral, não apenas das comunidades em que atuam, mas também da sociedade como um todo. Além de estarem mais atentas as mudanças do mercado competitivo, as empresas tendem a ter uma maior produtividade, já que a missão fica mais incorporada com os processos e com a identificação das novas lideranças. Um ponto importante para as empresas que pretendem adotar os mecanismos de responsabilidade social são os custos, é necessário pessoal qualificado e recursos tecnológicos para poder prestar as informações com clareza e confiabilidade (CARVALHO et al., 2009).

2.2 GOVERNANÇA CORPORATIVA

Governança corporativa pode ser entendida como um conjunto de práticas que permeiam toda a estrutura de uma companhia e que têm como objetivo potencializar o negócio, buscando a continuidade e o alinhamento dos interesses da empresa com os dos principais parceiros como investidores, empregados e credores. Com mecanismos de governança corporativa adotados, os investidores dispõem de um artefato extra para proteção contra extravios e qualquer outra ação de corrupção que pode desviar ativos por meio de indivíduos que tomam decisões na companhia (COMISSÃO DE VALORES MOBILIÁRIOS, 2014).

O Instituto Brasileiro de Governança Corporativa – IBGC (2015, p.20) define as práticas de governança corporativa como “o sistema pelo qual as empresas e demais organizações são dirigidas, monitoradas e incentivadas” e a adoção deste sistema deve

envolver todos os departamentos, sócios e diretoria, tendo em vista o aumento da transparência nas informações.

A governança corporativa possui quatro princípios básicos que devem permear todos os processos da companhia. O princípio da transparência apresenta que as organizações não precisam atentar-se apenas para as informações que são requeridas por normas e regulamentos, mas também podem informar o que for relevante para os grupos de interesse. O princípio da equidade leva em consideração que deve haver tratamento justo para todos agentes interessados, não havendo formas de favorecimentos. A prestação de contas é o princípio básico para qualquer empresa, trata da responsabilidade de prestar contas de forma clara e sem omissões. A responsabilidade corporativa designa responsabilidade aos agentes da governança em reduzir as externalidades negativas e aumentar as positivas de acordo com o mercado de atuação da empresa (INSTITUTO BRASILEIRO DE GOVERNANÇA CORPORATIVA, 2015).

No atual ambiente competitivo as empresas estão buscando fornecer maiores informações, além das tradicionais econômicas, que podem agregar na criação de valor da empresa e para acionistas. Para a Comissão de valores mobiliários – CVM (2014, p.174) “esta nova realidade, em que aspectos de ordem socioambiental, política e filantrópica integram as responsabilidades da organização, as boas práticas de governança assumem grande importância”, o posicionamento claro das empresas com estas questões pode influenciar na maximização de valor e até mesmo no melhor gerenciamento dos riscos. Conforme exposto por Machado (2015, p.38) este crescimento da adoção dos mecanismos de governança corporativa e os pensamentos sobre a sustentabilidade e o meio ambiente “tornou-se fundamental o interesse na qualidade do gerenciamento de riscos tanto pelos investidores, pelo potencial de geração de valor, como pelos supervisores dos mercados nacionais”.

2.3 O BALANÇO SOCIAL

O balanço social é um relatório que pretende evidenciar de forma clara e de fácil entendimento as informações contábeis, econômicas, ambientais e sociais, relacionando-as com o desempenho alcançado pela organização. As informações que fazem parte deste relatório são de diversas áreas, podendo ressaltar informações relativas à ecologia, pois demonstram o empenho das empresas em não afetar a fauna e a flora. Também são evidenciadas informações com caráter econômico-financeiro, a exemplo, o valor pago em encargos sociais, faixa etária dos funcionários, entre outros relacionados com quadro de

peçoal. O demonstrativo de valor agregado pode estar incluído no balanço social em razão de demonstrar como o valor gerado pela instituição é repartido para outros grupos, como pessoal, acionistas e governo (TINOCO; KRAEMER, 2011).

Segundo o Instituto Brasileiro de Análises Sociais e Econômicas o modelo do balanço social foi criado com o objetivo de ser um modelo único e simples que facilite a compreensão e a comparação dos indicadores de diversas empresas. O modelo do instituto é o mais disseminado do Brasil e é uma das ferramentas utilizadas pelas empresas para divulgar as informações sobre investimentos relacionados ao contexto social e ambiental (IBASE, 2008). O quadro 1 demonstra os indicadores que são considerados no modelo.

Quadro 1 – Modelo Balanço Social

1 - Base de cálculo	5 - Indicadores do corpo funcional
Receita líquida	Nº de empregados ao final do período
Resultado operacional	Nº de admissões durante o período
Folha de pagamento bruta	Nº de empregados terceirizados
2 - Indicadores sociais internos	Nº de estagiários
Alimentação	Nº de empregados acima de 45 anos
Encargos sociais compulsórios	Nº de empregadas mulheres
Previdência privada	% cargos de chefia ocupados por mulheres
Saúde	Nº de empregados negros
Segurança e medicina no trabalho	% cargos de chefia ocupados por negros
Educação	Nº de empregados portadores de deficiência
Cultura	6 - Informações sobre da cidadania empresarial
Capacitação e desenvolvimento profissional	Relação entre maior e menor remuneração
Creches ou auxílio-creche	Nº total de acidentes de trabalho
Participação nos lucros ou resultados e outros	Nº total de críticas e reclamações de clientes
Outros	% críticas e reclamações resolvidas
Total de indicadores sociais internos	Valor adicionado a distribuir
3 - Indicadores sociais externos	Distribuição do Valor Adicionado (DVA)
Educação	Responsáveis por de projetos ambientais e sociais
Cultura	Responsáveis por padrões de segurança
Saúde e saneamento	Representação na negociação com sindicatos
Esporte	A previdência privada contempla
Combate à fome e segurança alimentar	Contemplados na participação dos lucros
Outros	Padrões éticos na seleção de fornecedores
Total de contribuições para sociedade	Participação de empregados em voluntariado
Tributos	7 - Outras informações complementares
Total de contribuições externas	
4 - Indicadores ambientais	
Investimentos relacionados com a atividade fim	
Investimentos em projetos externos	
Total de investimentos em meio ambiente	

Fonte: Adaptado de Instituto Brasileiro de Análises Sociais e Econômicas (2008, p. 96).

A estrutura criada pelo Ibase leva em conta 43 indicadores quantitativos e oito indicadores qualitativos, que são organizados em sete categorias ao todo. Grande parte destes indicadores é encontrada nos razões contábeis e são demonstrados sobre três perspectivas: percentual sobre receita líquida, percentual sobre receita operacional e os indicadores da segunda categoria o percentual é sobre a folha de pagamento.

2.4 O RELATÓRIO DE SUSTENTABILIDADE

A *Global Reporting Initiative* (GRI) é uma organização que existe desde 1997 e tem como propósito desenvolver diretrizes para as organizações elaborarem os relatórios de sustentabilidade de forma que fique claro o desempenho econômico, ambiental e social e que facilite a comparação de empresas seja qual for o porte, semelhante ao que ocorre com relatórios contábeis, como o balanço patrimonial (INSTITUTO ETHOS, 2007). Sobre os primeiros modelos de relatório de sustentabilidade do GRI, Ribeiro (2010, p.125) destaca que “a ênfase maior era na questão ambiental, contudo ampliou-se o foco, tendo em vista o reconhecimento da importância das relações sociais como um todo”.

Conforme o *Global Reporting Initiative* (2015a, p. 5) as diretrizes para elaboração do relatório de sustentabilidade são princípios que visam manter a qualidade dos relatórios emitidos e divulgados. Nas diretrizes do GRI, algumas informações são determinantes para elaboração do relatório de sustentabilidade e elas estão divididas em três grandes seções:

- I. Estratégia e perfil: nesta seção devem constar as informações relacionadas com a visão estratégica da organização e pessoa responsável pela área de sustentabilidade. Na visão estratégica, as informações que devem ser apresentadas são, por exemplo, tendências da organização, principais realizações e fracassos, riscos do negócio e demais informações estratégicas;
- II. Abordagem de Gestão: neste ponto do relatório, devem ser apresentadas informações operacionais do negócio, como principais produtos, marcas, natureza jurídica, estrutura operacional, além de informações financeiras como valor do ativo, informações sobre principais acionistas, valor de vendas e custos, bem como dados sobre quadro de pessoal;
- III. Indicadores de Desempenho: os indicadores de desempenho do GRI são divididos em três categorias: econômico, ambiental e social (GLOBAL REPORTING INITIATIVE, 2015b).

O quadro 2 demonstra a quantidade de indicadores e aspectos disponíveis em cada categoria

Quadro 2 - Distribuição de indicadores e aspectos.

Categoria	Quantidade de aspectos	Quantidade de indicadores
Econômica	4	9
Ambiental	12	34
Social	30	48
Total	46	91

Fonte: Adaptado de Global Reporting Initiative (2015a)

Os indicadores de desempenho do GRI estão segregados em 46 aspectos e 91 indicadores ao todo. Cada indicador busca apresentar um dado ou conjunto de dados relevante para a categoria a qual está inserido. No quadro 3 é possível verificar quais os aspectos que são considerados para cada categoria.

Quadro 3 – Aspectos de cada categoria dos indicadores de desempenho.

Categoria	Aspecto	Quantidade de Indicadores
Econômica	Desempenho Econômico	4
	Presença no Mercado	2
	Impactos Econômicos Indiretos	2
	Práticas de Compra	1
Ambiental	Materiais	2
	Energia	5
	Água	3
	Biodiversidade	4
	Emissões	7
	Efluentes e Resíduos	5
	Produtos e Serviços	2
	Conformidade	1
	Transporte	1
	Geral	1
	Avaliação Ambiental de Fornecedores	2
	Mecanismos de Queixas e Reclamações	1
Social	Emprego	3
	Relações Trabalhistas	1
	Saúde e Segurança no Trabalho	4
	Treinamento e Educação	3
	Diversidade e Igualdade de Oportunidades	1
	Igualdade de Remuneração entre Mulheres e Homens	1
	Avaliação de Fornecedores em Práticas Trabalhistas	2
	Reclamações Relativas a Impactos Ambientais	1
Investimentos	2	

Categoria	Aspecto	Quantidade de Indicadores
Social	Não discriminação	1
	Liberdade de Associação e Negociação Coletiva	1
	Trabalho Infantil	1
	Trabalho Forçado ou Análogo ao Escravo	1
	Práticas de Segurança	1
	Direitos dos Povos Indígenas e Tradicionais	1
	Avaliação	1
	Avaliação de Fornecedores em Direitos Humanos	2
	Reclamações Relacionadas a Direitos Humanos	1
	Comunidades Locais	2
	Combate à Corrupção	3
	Políticas Públicas	1
	Concorrência Desleal	1
	Conformidade	1
	Avaliação de Fornecedores em Impactos na Sociedade	2
	Reclamações Relacionadas a Impactos na Sociedade	1
	Saúde e Segurança do Cliente	2
	Rotulagem de Produtos e Serviços	3
	Comunicações de Marketing	2
	Privacidade do Cliente	1
Conformidade	1	

Fonte: Adaptado de Global Reporting Initiative (2015a)

Para abranger o maior número de organizações o relatório de sustentabilidade pode ser elaborado a partir de duas opções, a “essencial” e a “abrangente”. A companhia pode optar por uma das alternativas de acordo com a que mais atende às suas necessidades, o seu porte, setor que atua ou localização. Na opção essencial a empresa deve informar pelo menos, um indicador de cada aspecto dos indicadores de desempenho, aparentemente é mais simples, ainda assim tem o objetivo de relatar como a organização está inserida na sociedade e como o seu negócio impacta nos aspectos ambientais, sociais e econômicos. Na opção abrangente, além dos indicadores essenciais é possível evidenciar informações amplas a respeito da estratégia, questões éticas, governança corporativa, entre outros pontos (GLOBAL REPORTING INITIATIVE, 2015a).

2.5 ESTUDOS RELACIONADOS

Gasparino e Ribeiro (2007) buscaram comparar os relatórios publicados por empresas do ramo de papel e celulose dos Estados Unidos com as do Brasil e como amostra desta pesquisa foram selecionadas seis empresas, três de cada país. Após as análises dos relatórios de cada empresa foi possível concluir que apesar de não atender completamente ao requerido pelo GRI, os relatórios americanos são mais completos quando comparados aos das empresas brasileiras, que possuem menor grau de detalhamento.

O objetivo do estudo de Gouveia Filho et al. (2008) foi analisar os relatórios sociais divulgados pela Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos. Através da análise do balanço social da empresa mencionada, foi constatado que entre os indicadores de maior relevância estão os investimentos em saúde, alimentação e capacitação profissional. Outra conclusão foi de que a empresa cumpre seu papel social, visto que participa de diversos projetos sociais e mantém transparências nas suas ações.

Murcia e Santos (2009) realizaram uma pesquisa cujo objetivo foi identificar os fatores que poderiam explicar o nível de *disclosure* voluntário das companhias abertas do Brasil e como amostra do estudo foram selecionadas as 100 maiores empresas do país, desconsiderando-se as financeiras. A análise foi realizada por meio dos DFPs e a partir destas foi encontrado que as empresas com maior *disclosure* pertenciam ao setor elétrico e também negociavam ações na Bolsa de Valores americanas. Entre as explicações para esse resultado, foram consideradas as legislações específicas do setor elétrico e os níveis diferenciados de governança corporativa, tanto na Bolsa de Nova Iorque como na Bolsa de Valores de São Paulo.

Na pesquisa de Bianchi et al. (2013) o objetivo foi identificar a relação entre os elementos presentes na cultura organizacional e a responsabilidade social, bem como investimentos realizados nesta área. O grupo de empresas selecionadas foram aquelas que concorreram ao Prêmio Responsabilidade Social realizado pela Assembleia Legislativa do Estado do Rio Grande do Sul no ano de 2011, um total de 171, porém, a amostra foi reduzida a 19 empresas de grande porte. Como resultado da pesquisa foi concluído que as práticas das empresas estão de acordo com a Responsabilidade Social Corporativa, no entanto, pouco há de incentivos financeiros na área.

É interessante ressaltar que nenhum dos estudos relacionados comparou o órgão de governança corporativa das empresas analisadas com as informações que estavam sendo

divulgadas. Já com relação aos setores de atuação das empresas, os estudos sobre o tema de responsabilidade social e ambiental são mais frequentes.

3 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

A pesquisa realizada neste estudo é classificada quanto aos seguintes aspectos: pela forma de abordagem do problema, de acordo com seus objetivos e com base nos procedimentos técnicos utilizados.

Em relação à abordagem do problema, a pesquisa é classificada como qualitativa visto que a intenção foi de tratar dos conteúdos presentes nos relatórios de forma informacional. Para Oliveira (2011, p. 82) uma pesquisa qualitativa “tem como objetivo situações complexas ou estritamente particulares que serão abordadas em profundidade, em seus aspectos multidimensionais”.

Quanto aos objetivos, a pesquisa tem caráter descritivo, pois a análise buscou expor e verificar a relação entre os relatórios publicados e os modelos disponíveis, com o propósito de descrever o nível de aderência para cada empresa analisada. Nesse sentido:

[...] tal pesquisa observa, registra, analisa e ordena dados, sem manipulá-los, isto é, sem interferência do pesquisador. Procura descobrir a frequência com que um fato ocorre, sua natureza, características, causas, relações com outros fatos. Assim, para coletar tais dados, utilizam-se de técnicas específicas, dentre as quais destacam-se a entrevista, o formulário, o questionário, o teste e observação (ALMEIDA, 1996, p. 104).

O estudo foi realizado através de uma pesquisa documental nos relatórios publicados pelas empresas que estão no segmento de listagem nível dois da B3 no ano de 2016. Na visão de Martins e Theóphilo (2009, p.55) este tipo de pesquisa “emprega fontes primárias, assim considerados os materiais compilados pelo próprio autor do trabalho, que ainda não foram objeto de análise, ou que ainda podem ser reelaborados de acordo com os propósitos da pesquisa”.

A população do estudo eram todas as empresas que estavam listadas no nível dois de governança corporativa da B3 que até o momento desta pesquisa, totalizavam 19 empresas. A seleção desta amostra ocorreu por julgamento, levando em consideração que as empresas que estão nos segmentos de listagem da B3 devem respeitar, entre outros, o princípio da transparência e partindo deste argumento, o nível dois de governança corporativa foi escolhido por ser visto como um nível intermediário, que segue preceitos básicos de governança e transparência, no entanto não é o nível máximo, ou seja, as empresas neste

segmento não geram expectativas de excelência nas publicações socioambientais e quando a fazem, é porque realmente estão engajadas com essas questões.

Além de informar os princípios em relação à responsabilidade social, as empresas precisam evidenciar a aplicação destes princípios e envolvê-los no cotidiano da empresa, podendo também existir um órgão que seja responsável pela fiscalização e incorporação destes princípios, por exemplo, os responsáveis pela governança (SMITH, 2013). Tendo em vista a relação que a governança corporativa e seus princípios têm com a sociedade em geral, este estudo visou utilizar o relatório de sustentabilidade, onde são apresentados os indicadores sociais e ambientais, das empresas que possuem a governança corporativa estabelecida para obter um grau de aderência aos indicadores essenciais.

Para analisar os dados foi utilizada a análise documental das informações contidas nos relatórios divulgados pelas companhias e a partir dessa análise foi obtida a amostra de sete empresas que divulgaram, no ano de 2016, as informações econômicas, sociais e ambientais consideradas para efeito dessa pesquisa. Para identificar o grau de aderência foi utilizada a metodologia criada por Dias, Siqueira e Rossi (2006), com adaptações, onde cada indicador recebe uma classificação conforme sua apresentação em comparação ao proposto pelo GRI.

Aqueles indicadores que foram apresentados de acordo com as informações sugeridas pelo GRI, receberam a classificação de “aderência plena”; já para os que apresentaram parte das informações, foram classificadas como “aderência parcial”. Nos casos em que não foi possível identificar se as informações foram suficientes, a classificação atribuída foi “dúbio”, outra situação possível, é que as informações prestadas fossem diferentes daquelas propostas no GRI, nestes casos são “inconsistentes”. Há a hipótese de que a companhia omite as informações com alguma justificativa, situação que é prevista no GRI, sendo assim, receberam classificação de “omissão”. Por fim, aqueles indicadores que não foram apresentados, a classificação atribuída foi de “não disponível”.

O grau de aderência foi obtido através da soma dos aspectos com pelo menos um indicador classificado em “aderência plena”, dividida pelo total de aspectos, dessa forma cada companhia recebeu um percentual identificando o seu grau de aderência aos indicadores essenciais do GRI. Os aspectos que foram omitidos com justificativas foram retirados do total de aspectos para representar melhor o grau de aderência.

4 ANÁLISE DOS DADOS

Nesta seção são apresentados os dados obtidos após as análises dos relatórios de sustentabilidade obtidos nas páginas de internet das empresas verificadas. Pelas informações constantes na página da B3, o segmento de listagem nível dois contava com 19 empresas de diversos setores de atuação conforme apresentado no quadro 4.

Quadro 4 – Empresas listadas no nível dois de governança corporativa.

Empresa	Setor de atuação
AES Tietê Energia S.A.	Energia Elétrica
Alupar Investimento S.A.	Energia Elétrica
Azul S.A.	Transporte Aéreo
Banco ABC Brasil S.A.	Bancos
Banco Indusval S.A.	Bancos
Banco Pine S.A.	Bancos
Centrais Elet. de Santa Catarina S.A. (Celesc)	Energia Elétrica
Cia Saneamento do Parana (Sanepar)	Água e Saneamento
Energisa S.A.	Energia Elétrica
Forjas Taurus S.A.	Armas e Munições
Gol Linhas Aéreas Inteligentes S.A.	Transporte Aéreo
Klabin S.A.	Papel e Celulose
Marcopolo S.A.	Material Rodoviário
Multiplan Empreend. Imobiliários S.A.	Exploração de Imóveis
Renova Energia S.A.	Energia Elétrica
Saraiva S.A.	Comércio Produtos Diversos
Sul America S.A.	Seguradoras
Transmissora Aliança de Energia Elétrica S.A.	Energia Elétrica
Via Varejo S.A.	Comércio Eletrodomésticos

Fonte: Adaptado a partir de B3 (2017a)

Entre os setores de atuação é possível destacar o setor de energia, que dentre as 59 empresas que negociam suas ações na B3, seis delas estão no nível dois de governança corporativa, praticamente 10% das empresas. Embora o segmento possua um número significativo de empresas para serem analisadas, apenas sete delas divulgaram o relatório de sustentabilidade no ano de 2016, com a identificação dos indicadores GRI. Para o restante das empresas, dez não divulgaram relatório em 2016 e duas divulgaram, mas de forma simplificada e sem identificação do modelo que estavam seguindo, por isso, foram desconsideradas na avaliação do grau de aderência.

Desde 2012 a B3 solicita que as empresas listadas informem se publicam o relatório de sustentabilidade ou outro que seja similar e em qual local estaria disponível para consulta. As empresas que não realizavam as publicações deveriam apresentar alguma justificativa. Esta ação gera um banco de dados chamado “relate ou explique” no qual constam as respostas de todas as empresas listadas (B3, 2017b). No relate ou explique de 2016, as doze empresas que não puderem ser analisadas não apresentaram justificativas por não terem elaborado algum relatório com as informais sociais, econômicas e ambientais, apenas a empresa Marcopolo informou que realizava as publicações, no entanto, o link informado direcionava para um relatório de 2014, não foi encontrado relatório de 2016.

4.1 ANÁLISE DO GRAU DE ADERÊNCIA

Para encontrar o grau de aderência primeiramente foi apurada a aderência de cada indicador do relatório, somente após identificação de todos indicadores ocorreu a verificação para cada aspecto; quando foi apresentado ao menos um indicador com aderência plena, essa foi a classificação correspondente para o aspecto, caso contrário, foi atribuído a classificação do maior número de indicadores. Se um aspecto apresentasse mesmo número de indicadores com classificações distintas, prevaleceu a classificação mais aderente. A tabela 1 apresenta os resultados obtidos a partir da análise de aderência.

Tabela 1– Grau de aderência das empresas analisadas.

Empresa	AES Tietê	Banco Pine	Celesc	Gol	Klabin	Multiplan	Sanepar
Aderência Plena	20%	11%	34%	49%	59%	33%	33%
Aderência Parcial	11%	11%	18%	0%	9%	13%	0%
Dúbio	0%	2%	2%	0%	0%	0%	0%
Inconsistentes	0%	2%	2%	0%	0%	0%	0%
Não disponível	70%	74%	43%	51%	33%	54%	67%
Total	100%						

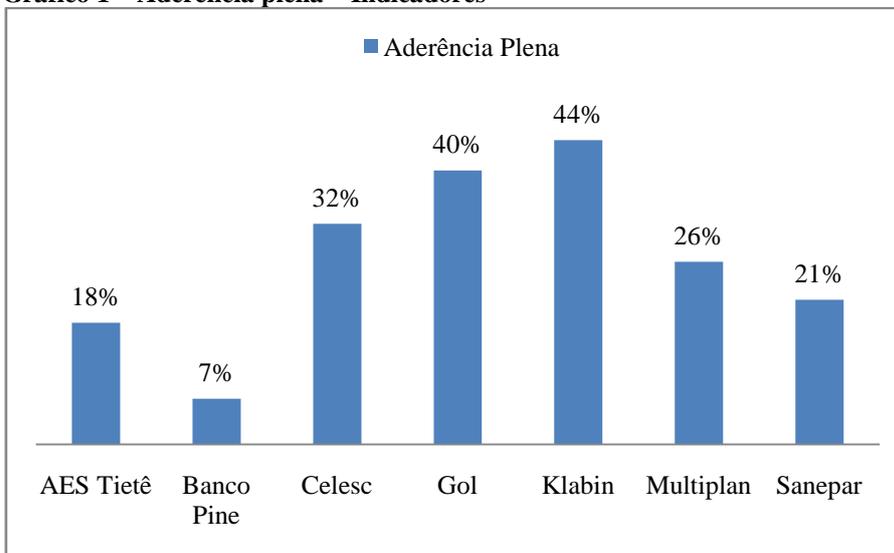
Fonte: Elaborado a partir dos dados da pesquisa (2017)

Pelos dados obtidos é possível verificar que nenhuma empresa analisada obteve grau de aderência maior que 70%, o maior índice foi da empresa Klabin que apresentou 59% de aderência aos indicadores essenciais, seguida pela empresa Gol Linhas Aéreas que obteve 49% de aderência. Por outro lado, a empresa com o menor grau de aderência foi o Banco Pine que apresentou apenas 11% dos aspectos de acordo com o recomendado pelo GRI.

A empresa Klabin é produtora e exportadora de papéis e se intitula como líder nesse ramo, além dessa atividade também realiza o comércio de madeiras. Ambos os negócios da empresa afetam diretamente o meio ambiente e com isso, a organização se manifesta na adoção de procedimentos que resultem na proteção florestal e no cuidado com a comunidade (KLABIN, 2017). Essa preocupação com o ambiente externo da organização explica o engajamento na prestação das informações e o maior grau de aderência encontrado. O relatório da Klabin foi um dos mais didáticos, continha o sumário do GRI e identificação clara das informações que eram solicitadas.

Embora a responsabilidade social não esteja implícita na missão, visão ou valores da companhia, a Gol Linhas Aéreas apresenta estar de acordo com os princípios ambientais e sociais, pois apresentou quase 50% dos aspectos de forma completa. Quando considerarmos apenas os indicadores, sem a distinção dos aspectos, 36 dos 91 foram classificados como aderência plena, ou seja, 40% do total. O gráfico 1 apresenta o percentual de aderência plena considerando os 91 indicadores.

Gráfico 1 – Aderência plena – Indicadores



Fonte: Elaborado a partir dos dados da pesquisa (2017)

Ao analisar somente os indicadores a classificação das empresas permanece praticamente a mesma, no entanto, pode-se perceber que quando são considerados os aspectos do GRI, a empresa Multiplan e a Sanepar, obtiveram igualmente 33% de aderência, ou seja, dos 46 aspectos, 15 deles foram apresentados com ao menos um indicador em aderência plena. Contudo, entre os 91 indicadores disponíveis a Multiplan divulgou 24 deles conforme estava previsto pelo GRI, já a Sanepar apresentou apenas 19.

Esta distinção abre uma discussão interessante tendo em vista as atividades de cada empresa, mesmo não se tratando do objetivo principal dessa pesquisa, o setor de atuação de cada organização diz muito a respeito das suas premissas em relação à sociedade e o meio ambiente. A Multiplan atua no ramo de empreendimentos comerciais como os shoppings e não necessariamente lida com questões ambientais, ainda assim, teve o compromisso de apresentar informações a respeito de economia de água, energia, entre outros. A Sanepar é a empresa de saneamento responsável pela distribuição em todo o estado do Paraná e está diretamente ligada a tópicos de meio ambiente e sociedade, no entanto, só foram identificados 21% dos indicadores com aderência plena, maior parte deles tratavam-se de indicadores com informações simples, como por exemplo, resultados de pesquisas de satisfação dos clientes.

É interessante analisar que bem como a Sanepar, a Celesc e a AES Tietê são empresas com alto impacto no meio ambiente, mas não demonstram totalmente quais as ações tomadas para mitigar os impactos por elas causados, tendo em vista que o grau de aderência é de 34% e 20% respectivamente, no caso da AES Tietê os aspectos informados plenamente somaram apenas nove, diante dos 46 disponíveis. Diferentemente do encontrado no estudo de Murcia e Santos (2009) no qual foi constatado que as empresas do setor elétrico apresentam em média maior nível de *disclosure*, quando comparada com outros setores do mercado.

Uma explicação possível para os baixos índices de aderência é que só foram considerados como aderência plena, aqueles indicadores que realmente informavam todas as informações solicitadas pelo GRI, já que parte dos indicadores abrange informações distintas, como por exemplo, o indicador G4-EC5 “variações dos salários, por gênero, comparado ao salário mínimo local”, neste apenas as empresas Celesc e Klabin apresentaram as duas informações. O Banco Pine, recebeu a classificação de aderência parcial neste indicador, pois apresentou apenas a variação salarial por gênero e não comparou com o salário mínimo local.

Outro ponto que tornou as análises mais complicadas foi a falta de padronização dos relatórios. Nessa pesquisa foram considerados apenas os relatórios que seguiam a metodologia do GRI, apesar disso, o sumário do GRI muitas vezes estava incompleto e dessa forma foi necessário pesquisar se em algum capítulo do relatório foram apresentadas as informações requeridas pelo indicador. Pode-se observar também que nenhum aspecto obteve aderência plena de todas as empresas. O quadro 5 classifica os aspectos com maior aderência plena.

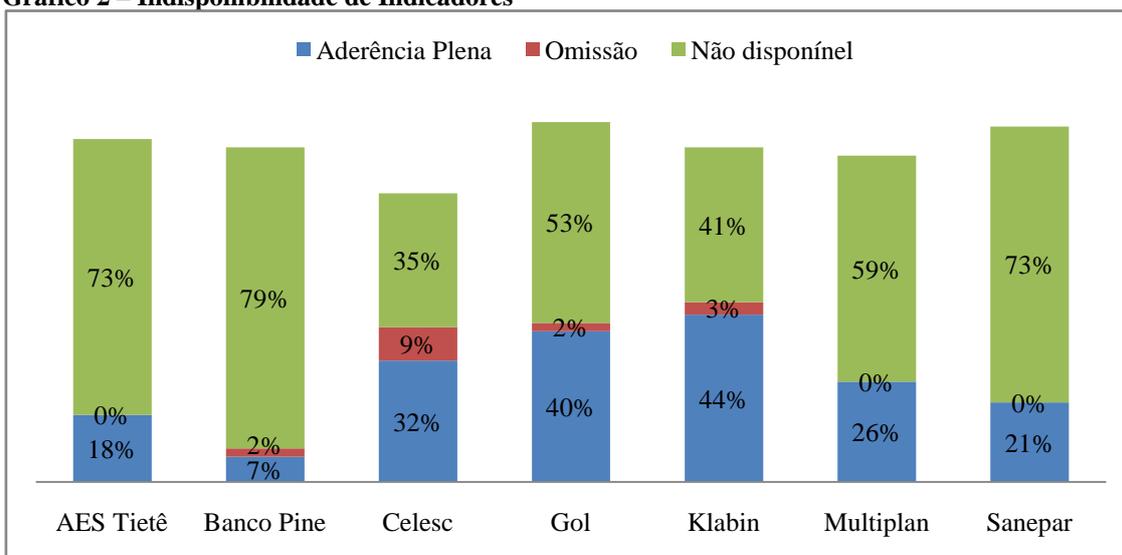
Quadro 5 – Aspectos com aderência plena

Aspecto	Empresas com aderência Plena
Desempenho Econômico	6
Emissões	6
Energia	6
Rotulagem de Produtos e Serviços	6
Biodiversidade	5
Conformidade	5
Efluentes e Resíduos	5
Treinamento e Educação	5

Fonte: Elaborado a partir dos dados da pesquisa (2017).

O aspecto de desempenho econômico conta com quatro indicadores, mas analisando individualmente é possível perceber que a aderência plena deu-se em virtude do indicador que retratou o valor econômico gerado e distribuído pela empresa, neste caso entende-se que essa informação é encontrada com maior facilidade visto que já está apresentada nos demonstrativos contábeis. Essa conclusão corrobora com o encontrado na pesquisa de Murcia e Santos (2009, p.88) onde “empresas maiores, pertencentes ao setor elétrico, [...] e que aderem aos níveis diferenciados de governança da Bolsa de São Paulo, possuem, em média, um maior nível de *disclosure* voluntário de caráter econômico”. A parte das emissões pode ser considerada mais complicada, pois requer um conjunto de informações das quais são necessários dados mais complexos e de especialistas, mesmo assim, das sete empresas seis delas adquiriram a classificação de aderência plena neste aspecto.

Por fim, cabe ressaltar que alguns indicadores não são aplicáveis para todos os tipos de empresas, a título de exemplo, o indicador G4-EN28 que solicita apresentação do percentual de produtos e embalagens que foram recuperadas, comparadas com o total de produtos vendidos e expressas por categoria de produtos. Nestes casos as empresas de prestação de serviço e que não comercializam produtos, como o Banco Pine, não têm condições de apresentar informações neste indicador, todavia o GRI deixa claro que quando não é possível divulgar alguma informação solicitada, o relatório deve identificar quais informações estão sendo omitidas e apresentar as justificativas de forma semelhante ao exemplificado pelo *Global Reporting Initiative* (2015a, p.13) “os conteúdos padrão (ou parte dos conteúdos padrão) ou o indicador não são aplicáveis; a razão pela qual os conteúdos padrão/indicador não se aplicam deve ser divulgada”. O gráfico 2 indica os percentuais de indicadores classificados como aderência plena, omissão e não disponíveis.

Gráfico 2 – Indisponibilidade de Indicadores

Fonte: Elaborado a partir dos dados da pesquisa (2017)

Indicadores com omissão foram divulgados pelo Banco Pine (2% dos indicadores), Celesc (9%), Gol Linhas Aéreas (2%) e Klabin (3%). Considerando que o índice de indicadores não disponíveis para análise foi alto, chegando a até 79% pelo Banco Pine, é possível que as empresas entendam que pelo fato do indicador não fazer parte do seu negócio, torna-se dispensável a divulgação, ainda sim compete à empresa publicar quais são os indicadores não aplicáveis e apresentar as justificativas necessárias.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O objetivo principal dessa pesquisa foi identificar se as empresas que possuem órgão de governança corporativa formalizado, como amostra foram selecionadas as empresas do segmento especial de listagem nível dois da B3, estavam apresentando as informações relativas aos indicadores de conteúdo padrão específico do GRI, tais como informações de natureza social, econômica e ambiental, e qual o grau de aderência destes indicadores constantes no relatório de sustentabilidade comparado com o que é proposto pelo GRI.

Após as análises foi possível identificar que a aderência plena das empresas ficou abaixo dos 60%, neste caso considerando apenas a seleção dos aspectos, um indicador para cada aspecto representa a forma “essencial” do GRI. Quando avaliados todos os indicadores de conteúdo específico, esse índice reduz para menos de 50% de aderência. De certa forma, os baixos índices demonstram a dificuldade que as empresas encontram no momento de divulgar informações diferentes das econômicas que são impostas por alguma normativa.

O resultado dessa pesquisa vai de encontro ao analisado no estudo de Gasparino e Ribeiro (2007), que teve como objetivo analisar os relatórios de sustentabilidade e comparar empresas de papel e celulose do Brasil com o EUA. Neste estudo foi concluído que as informações divulgadas já demonstravam que a responsabilidade social estava em processo de incorporação com a atividade econômica, apesar disso, era necessária maior transparência nas ações realizadas. Gasparino e Ribeiro (2007, p.113) mencionam que “apenas fazer não basta, mas que se deve divulgar o que é feito, como é feito e com quais recursos, bem como o montante envolvido e os benefícios gerados”.

Apesar das empresas não atenderem totalmente o princípio de transparência da governança corporativa, é possível perceber que é algo gradativo, as exigências do mercado estão aumentando e as informações acessórias são cada vez mais indispensáveis. Nesse sentido, as prestações de contas e a contabilidade voltada para o viés ambiental tendem a ocupar mais espaço no cotidiano das organizações. Uma observação pertinente de Ferreira (2009, p.11) fomenta a discussão sobre a importância da contabilidade no fornecimento de uma visão geral da organização para os agentes de interesse “se o uso dos recursos naturais não afetasse as relações econômicas e, principalmente para a contabilidade, o patrimônio das organizações, não haveria necessidade de relatar e medir esses fatos”.

Nesse contexto, mesmo que não afetando diretamente o patrimônio das entidades, de alguma forma a utilização dos recursos naturais, seja de forma limpa ou poluente, influencia na geração de valor do negócio, tornando relevante o envolvimento do contador durante todo o processo e todas as formas de prestações de contas. A sociedade preza pela divulgação dos esforços desempenhados pelas companhias e essa divulgação trará benefícios para a organização seja sob a perspectiva da imagem organizacional ou pelo aperfeiçoamento da informação contábil, econômica, social e ambiental (TINOCO; KRAEMER, 2011).

Como sugestão para novos estudos pode ser considerada a ideia de analisar as empresas dos outros níveis de governança corporativa, tendo em vista que as exigências das empresas que aderem ao nível de “novo mercado”, por exemplo, são superiores ao nível dois e estima-se que deve divulgar informações mais completas para os seus investidos, parceiros e sociedade. Outra sugestão é manter a análise nas companhias do nível dois, mas considerar também os indicadores de conteúdo padrão geral, que trata de informações de teor qualitativo, como estratégia e perfil organizacional. Neste último caso, é possível que o grau de aderência destas mesmas empresas apresente evolução.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, Maria Lúcia Pacheco de. **Como Elaborar Monografias**. 4. ed. Belém: Cejup, 1996.

ASHLEY, Patrícia Almeida. **Ética e Responsabilidade Social nos Negócios**. São Paulo: Saraiva, 2003.

BARBIERI, José Carlos. **Gestão Ambiental Empresarial: Conceitos, Modelos e Instrumentos**. 2. ed. São Paulo: Saraiva, 2007.

BASSETTO, Luci Ines. A incorporação da responsabilidade social e sustentabilidade: um estudo baseado no relatório de gestão 2005 da companhia paranaense de energia - COPEL. **Gestão & Produção**, [s.l.], v. 17, n. 3, p.639-651, 2010. FapUNIFESP (SciELO). <http://dx.doi.org/10.1590/s0104-530x2010000300016>. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-530X2010000300016>. Acesso em: 02 dez. 2017.

BEZERRA, Filipe. **Stakeholders: Do Significado à Classificação**. 2014. Disponível em: <<http://www.portal-administracao.com/2014/07/stakeholders-significado-classificacao.html>>. Acesso em: 08 out. 2017

BIANCHI, Márcia et al. A Responsabilidade Social Como Parte Integrante da Cultura Organizacional em Empresas Socialmente Responsáveis: Análise de Conteúdo Entre a Prática e o Discurso. **Revista Eletrônica de Estratégia & Negócios**, Florianópolis, v. 6, n. 1, p.160-191, jan./abr. 2013. Disponível em: <<http://www.portaldeperiodicos.unisul.br/index.php/EeN/article/view/919/1093>>. Acesso em: 09 set. 2017.

B3. **Segmentos de Listagem**. 2017a. Disponível em: <http://www.bmfbovespa.com.br/pt_br/listagem/acoes/segmentos-de-listagem/sobre-segmentos-de-listagem/>. Acesso em: 08 ago. 2017.

B3. **Sustentabilidade**. 2017b. Disponível em: <http://www.bmfbovespa.com.br/pt_br/institucional/sustentabilidade/nas-empresas/relate-ou-explique/>. Acesso em: 09 dez. 2017.

CARVALHO, Lúcia Regina Faleiro et al. **Demonstração da Responsabilidade Social**. Porto Alegre: Conselho Regional de Contabilidade do Rio Grande do Sul, 2009. Disponível em: <http://www.crcrs.org.br/arquivos/livros/livro_resposocial.pdf?5bfa3c>. Acesso em: 02 dez. 2017

CONSELHO FEDERAL DE CONTABILIDADE. **Resolução 1003/04**: Aprova a NBC T 15 - Informações de Natureza Social e Ambiental. 2004. Disponível em: <http://www2.cfc.org.br/sisweb/sre/detalhes_sre.aspx?Codigo=2004/001003&arquivo=Res_1003.doc>. Acesso em: 15 ago. 2017.

COMISSÃO DE VALORES MOBILIÁRIOS. **O Mercado de Valores Mobiliários Brasileiro**. 3. ed. Rio de Janeiro: Comissão de Valores Mobiliários, 2014.

Disponível em: <

<http://www.investidor.gov.br/portaldoinvestidor/export/sites/portaldoinvestidor/publicacao/Livro/LivroTOP-CVM.pdf>>. Acesso em: 04 nov. 2017.

DIAS, Lidiane Nazaré da Silva; SIQUEIRA, José Ricardo Maia de; ROSSI, Monica Zaidan Gomes. Balanço Social: a Utilização dos Indicadores do Global Reporting Initiative (GRI) em Empresas Brasileiras. In: ENCONTRO DA ANPAD, 30., 2006, Salvador. **Anais...** . Salvador: Anpad, 2006. p. 1 - 15. Disponível em: <<http://www.anpad.org.br/enanpad/2006/dwn/enanpad2006-aps-0303.pdf>>. Acesso em: 15 out. 2017.

FEDATO, Cristina. **Sustentabilidade na Cadeia de Valor**. 2013. Disponível em: <<http://www3.ethos.org.br/cedoc/sustentabilidade-na-cadeia-de-valor/#.WCoMoNIrLcs>>. Acesso em: 15 ago. 2017.

FERREIRA, Aracéli Cristina de Sousa. **Contabilidade Ambiental: Uma Informação para o Desenvolvimento Sustentável**. 2. ed. São Paulo: Atlas, 2009

FIGUEIREDO, Sandra; CAGGIANO, Paulo Cesar. **Controladoria: Teoria e Prática**. 4. ed. São Paulo: Atlas, 2008.

GASPARINO, Marcela Fernandes; RIBEIRO, Maísa de Souza. Análise de Relatórios de Sustentabilidade, com Ênfase na GRI: Comparação entre Empresas do Setor de Papel e Celulose dos EUA e Brasil. **Revista de Gestão Social e Ambiental**, [s.l.], v. 1, n. 1, p.102-115, 3 set. 2007. RGSA- Revista de Gestao Social e Ambiental. <http://dx.doi.org/10.5773/rgsa.v1i1.18>. Disponível em: <<https://rgsa.emnuvens.com.br/rgsa/article/view/18/8>>. Acesso em: 16 dez. 2017.

GLOBAL REPORTING INITIATIVE. **Princípios para Relato e Conteúdos Padrão**. 2. ed. Amsterdam: GRI, 2015a. Tradução da parte 1 das Diretrizes G4. Disponível em: <<https://www.globalreporting.org/resourcelibrary/Brazilian-Portuguese-G4-Part-One.pdf>>. Acesso em: 27 ago. 2017.

GLOBAL REPORTING INITIATIVE. **Manual de Implementação**. 2. ed. Amsterdam: Gri, 2015b. Tradução da parte 2 das Diretrizes G4. Disponível em: <<https://www.globalreporting.org/resourcelibrary/Brazilian-Portuguese-G4-Part-Two.pdf>>. Acesso em: 27 ago. 2017.

GOUVEIA FILHO, Saturnino Clementino et al. Responsabilidade Social: Um Enfoque sobre o Balanço Social da Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos. In: CONGRESSO BRASILEIRO DE CONTABILIDADE, 18., 2008, Gramado. **Anais...** . Campina Grande: Cfc, 2008. p. 1 - 16. Disponível em: <<http://www.congressocfc.org.br/hotsite/anais/artigos/479.pdf>>. Acesso em: 09 set. 2017.

INSTITUTO BRASILEIRO DE ANÁLISES SOCIAIS E ECONÔMICAS – IBASE. **Balanço Social: O Desafio da Transparência**. Rio de Janeiro: Ibase, 2008. Disponível em: <https://www2.senado.leg.br/bdsf/bitstream/handle/id/102804/BS_completo.pdf?sequence=7>. Acesso em: 27 ago. 2017

INSTITUTO BRASILEIRO DE GOVERNANÇA CORPORATIVA (Ed.). **Código das Melhores Práticas de Governança Corporativa**. 5. ed. São Paulo: IBGC, 2015. Disponível em: <<http://www.ibgc.org.br/userfiles/2014/files/CMPGPT.pdf>>. Acesso em: 15 set. 2017.

INSTITUTO ETHOS. **Guia para Elaboração de Balanço Social e Relatório de Sustentabilidade 2007**. São Paulo: Instituto Ethos, 2007. Disponível em <<https://www3.ethos.org.br/wp-content/uploads/2012/12/1Vers%C3%A3o-2007.pdf>>. Acesso em: 14 ago. 2017

KLABIN. 2017. **A Empresa**. Disponível em: <<https://www.klabin.com.br/pt/a-klabin/a-empresa/>>. Acesso em: 15 dez. 2017.

MACHADO, Cláudio Morais. **A Importância dos Preceitos de Governança Corporativa e de Controle Interno Sobre a Evolução e a Internacionalização das Normas de Contabilidade e Auditoria**. Porto Alegre: Conselho Regional de Contabilidade do Rio Grande do Sul, 2015. Disponível em: <http://www.crcrs.org.br/arquivos/livros/livro_governanca_corporativa2.pdf?5bfa3c>. Acesso em: 02 dez. 2017.

MARTINS, Gilberto de Andrade; THEÓPHILO, Carlos Renato. **Metodologia da Investigação Científica para Ciências Sociais Aplicadas**. 2. ed. São Paulo: Atlas, 2009.

MURCIA, Fernando Dal-ri; SANTOS, Ariovaldo dos. Atores determinantes do nível de disclosure voluntário das companhias abertas no Brasil. **Revista de Educação e Pesquisa em Contabilidade**, São Paulo, v. 3, n. 2, p.72-95, ago. 2009. Disponível em: <<http://www.redalyc.org/pdf/4416/441642767005.pdf>>. Acesso em: 16 dez. 2017

OLIVEIRA, Antônio Benedito Silva. **Métodos da Pesquisa Contábil**. São Paulo: Atlas, 2011.

REIS, Carlos Nelson dos; MEDEIROS, Luiz Edgar. **Responsabilidade Social das Empresas e Balanço Social: Meios Propulsores do Desenvolvimento Econômico e Social**. São Paulo: Atlas, 2009.

RIBEIRO, Maísa de Souza. **Contabilidade Ambiental**. 2. ed. São Paulo: Saraiva, 2010.

SANTOS, José Luiz dos et al. **Contabilidade Geral**. São Paulo: Atlas, 2004.

SMITH, Vivian. **Incorporação dos Princípios de Responsabilidade Social**. 2013. Disponível em: <<http://www3.ethos.org.br/cedoc/incorporacao-dos-principios-da-responsabilidade-social/#.WCr2cfkrLIV>> Acesso em 15 out. 2017.

TINOCO, João Eduardo Prudêncio; KRAEMER, Maria Elisabeth Pereira. **Contabilidade e Gestão Ambiental**. 3. ed. São Paulo: Atlas, 2011.